

1 Ata da Reunião Ordinária de nº 296 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada  
2 na data de 17 de novembro de 2021 às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos  
3 seguintes membros: no Segmento Gestores Srs. (as). Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e  
4 Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores Sras. Márcia Cristina  
5 Krempel – Titular - HONPAR e Heloísa Toledo Volpato – Titular – Irmandade da Casa; Segmento de  
6 Trabalhadores, Srs. (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE; Gisele Dias Picolo – Titular –  
7 COREN, Jessica Luíza Rosa – Suplente – COREN, Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e  
8 Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs. (as) Roseli  
9 Martauro Marinho – Titular – APDA, Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores  
10 (as) Rurais, Antonio Jorge Magro – Associação Ulisses Guimarães – Titular, Francisco Robério Peres  
11 da Cunha – Titular – Pastoral da Criança; Iyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa  
12 ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU; Maria de Fátima Grego – Titular – UAMMA. Houve  
13 também a participação dos seguintes Observadores: Sr. Gerson Pizzo – membro da APDA, do Sr.  
14 Carlos Eduardo Arruda – Coordenador do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Antônio Garcez  
15 de Novaes, e dos 38 (trinta e oito) alunos do respectivo curso (com registro de assinatura em arquivo  
16 no CMS). Após verificação da obtenção de quórum, o Presidente Zanatta deu início a Reunião, e  
17 solicitou que a Sra. Alessandra – Professora do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Antônio  
18 Garcez de Novaes apresentasse os seus alunos ao Plenário, o qual a mesma relatou que estes estão  
19 no 4º Semestre do referido curso. O Presidente Zanatta então agradece a presença de todos, e fez  
20 orientações quanto ao processo de gravação e a necessidade de respeito as falas devido ao Plenário  
21 estar com muitos observadores, e segue registrando a presença do Sr. Lucílio César Barcos -  
22 Administrador, Sra. Renata Cabral Brás, e Sra. Juliana Freitas – Coordenadora de Enfermagem, sendo  
23 estes membros da equipe que está prestando serviços junto a Unidade de Pronto Atendimento – 24 hrs  
24 Alberto Esper Kallas, assim como da Sra. Fabiane Matsumoto de Souza Kizima - Coordenadora da  
25 Rede de Atenção Básica do Município de Arapongas, sendo que a mesma também realizará  
26 apresentação quanto a Área de Assistência Básica do Município de Arapongas, a qual foi convidada  
27 pelo CMS. O Presidente segue relatando que iniciará a Pauta, para que as pessoas que estivessem  
28 presentes tivessem tempo mais hábil para realizarem as suas apresentações, e cita sobre os **Ofícios**  
29 **Encaminhados** – Nº48/2021 – SEMUS – Comunicação de encaminhamento do veículo GOL  
30 disponibilizado ao CMS para a Central de Veículos, para avaliação; Nº49/2021 – 16ª Regional de  
31 Saúde – Solicitação de Relatórios de Contratualizações Hospitalares referente aos anos 2020 /2021; e  
32 sobre esse assunto aborda que esse seja incluído na Pauta; Nº50/2021 – Vigilantes da Gestão Pública  
33 – informações de acesso as Atas solicitadas; e ratificando a informação anterior em resposta a esta  
34 solicitação, comunica que as Atas não foram encaminhadas por meio físico, e sim disponibilizadas por  
35 meio eletrônico junto a página oficial do Município, link do Conselho de Saúde, e comenta se dirigindo  
36 aos acadêmicos para que esse possam ter acesso ás informações do Conselho, e segue fazendo a  
37 leitura do Ofício Nº51/2021 – 16ª Regional de Saúde/Controle de Endemias – Informações a Secretaria  
38 de Estado da Saúde acerca do acompanhamento de ações e serviços realizados junto ao Controle de  
39 Endemias; Nº52/2021 – Convite a Sra. Fabiane Kizima – Coordenadora da Atenção Básica –  
40 Apresentação sobre a área de atuação. **Do Item 2 – Ofícios Recebidos** – Nº 020/2021 – Controle de  
41 Endemias – Entrega do Plano de Contingência Para Epidemias de Dengue Clássica, Febre  
42 Hemorrágica de Dengue (FHD), Febre Amarela, Zika Vírus e Febre Chikungunya; **Item 3 – Controle**  
43 **de Endemias** – Boletim da Dengue 2021/2022 e – Setor de Controle de Endemias e Ofício Circular  
44 053/2021/SCVSAT – Supervisão do Programa Municipal de Controle de Dengue, Zika e Chikungunya;  
45 Solicitação realizada pelo Coordenador do Curso Técnico de Enfermagem Sr. Carlos Eduardo, para a  
46 participação dos alunos do respectivo curso na Reunião mensal do CMS, e cita sobre o Plano  
47 Municipal de Contingências Para Epidemias de Dengue Clássica, Febre Hemorrágica de Dengue  
48 (FHD), Febre Amarela, Zika Vírus e Febre Chikungunya, ressaltando que este Plano será encaminhado  
49 para todos os Conselheiros. Continua solicitando alteração dos pontos de Pauta suprimindo o **Item 5** -  
50 Plano Municipal de Saúde, sendo uma discussão muito importante, e que aguarda ainda que as  
51 Entidades se apropriem das informações, necessitando que o Conselho e a própria Secretaria  
52 encerrem a sua construção, e que o **Item 6**, já possa ser apreciado a sua apresentação, da  
53 Coordenadora da Atenção Básica e em seguida a continuidade do **4º Ponto** – Apresentação  
54 HUMANIZA – 24 Horas Alberto Esper Kallas; e então colocando o **3º Ponto** – Ordenamento do Grupo  
55 de Acompanhamento de Denúncia HONPAR, como último ponto de Pauta, e desta forma, agilizando o  
56 processo de apresentação pelos convidados, sendo aceita a alteração. Concede a palavra à Sra.  
57 Fabiane Kizima, e que por problemas de leitura de sistema digital do arquivo da mesma, foi alterado  
58 novamente retomando primeiramente a apresentação da HUMANIZA – Gestora Terceirizada do 24 Hrs,  
59 e portanto deu início o Sr. Lucílio, agradecendo ao convite, e relata ser a HUMANIZA uma Entidade do  
60 3º Setor, sem fins lucrativos, e de direito privado, que atuam na área de Educação, Saúde e

61 Assistência Social, que oferecem serviços de Assessoria, Planejamento, Capacitação Profissional,  
62 Auditoria, Gestão Hospitalar e Pública. Que trabalham sobre as normas preconizadas, prezando pela  
63 ética profissional e valorização da vida, visando racionalização e gerenciamento de despesas para a  
64 relação de custo-benefício, da visão da empresa, dos compromissos, transparência e foco. Cita que a  
65 empresa presta serviços em diversas localidades, em Gestão Hospitalar, Gestão de Saúde Pública,  
66 através do Programa Saúde da Família, e de Agentes Comunitários, enfim recursos humanos e  
67 também gestão de serviços especializados na área hospitalar. Cita os Municípios de São Benedito –  
68 UPA no Ceará, Nossa Sra. do Socorro – UPA em Sergipe; Acaraú – UPA também no Ceará, Colina –  
69 UPA no Estado de São Paulo entre outras. Que já realizaram ações junto ao CAPS de Aracaju/Sergipe,  
70 o PAM de Colina/ São Paulo, PSN de Monte Alto/São Paulo, o Serviço de Saúde de Potirendaba/ São  
71 Paulo, UPA – COVID de Acaraú / Ceará. Relata que iniciou as atividades em julho passado, e que  
72 otimizou ações e mudanças administrativas internas, melhorias físicas e manutenção predial rigorosa  
73 da Unidade, zelo com os relatórios e do processo de fiscalização exercido pelo Município, da  
74 implantação de projetos voltados a saúde dos colaboradores, inclusive em saúde mental, que realizou  
75 oficinas, workshops. Que também foram criadas as Comissões de Controle de Infecção Hospitalar, de  
76 Prontuário, e de Óbitos, assim como uma Comissão para gerenciamento de resíduos da Saúde, de  
77 estudos para a implantação, de Comissão de Prevenção de Acidentes e Saúde e Segurança do  
78 Trabalho, do Plano Setoriais de Contingência. Que o atendimento humanizado é a essência e principal  
79 objetivo, e informa que a Coordenadora de Enfermagem Sra. Juliana fará a apresentação das planilhas  
80 e indicadores, e atendimentos realizados. O Presidente Zanatta solicita aos Conselheiros que já  
81 possam se pronunciar aproveitando a presença do Sr. Lucílio e da Sra. Fabiane, já diante das  
82 exposições realizadas. Nesta ocasião, a Conselheira Gisele questiona quanto a informação de que em  
83 sua estruturação já em seu projeto de prestação de serviços, este apresentou a oferta de serviços de  
84 radiologia, inclusive tendo ainda sendo feito processos seletivos para técnicos de radiologia, porém  
85 que esse serviço ainda não foi instalado, e que também observa que a estrutura predial da Prefeitura  
86 ocupada pela HUMANIZA não oferece ambiência para tal, e de quem seria a responsabilidade,  
87 havendo um contrato, e que a população em geral tem lhe perguntado, que é uma grande cobrança da  
88 população, e que aqueles que procuram atendimentos no local, acabam sendo transferidos do 24 hrs  
89 para a UPA, que é inviável estes serem encaminhados apenas para realizarem Raio – X e retornarem  
90 ao 24hrs, que o objetivo deve ser de um atendimento integral, e que portanto poderia ser apenas um  
91 18 hrs, que a população passa a preferir fazer procura direta a UPA, questionando que a HUMANIZA  
92 ou a Prefeitura tem que sanar essa questão. A Sra. Juliana expõe que a questão do Raio – X é  
93 realmente problemática, algo que já está sendo acordado com o Município, que tem previsão que o  
94 Raio – X seja implantado no máximo até fevereiro, que realmente o repasse para a área do Raio-X tem  
95 vindo do Município para se ter mais esse aparato diagnóstico, e também para não constranger o  
96 paciente com deslocamentos, que deve ser feito dentro da Unidade, e que tem previsão até fevereiro.  
97 A Conselheira Gisele afirma que agora com a alteração das portas de entrada da COVID novamente  
98 está se sobrecarregando a UPA. O Presidente Zanatta comenta acreditar que a motivação da  
99 administração municipal para implantação do 24 hrs Alberto Esper Kallas é de um resgate da função  
100 daquela Unidade 24 hrs, que foram solicitadas as condutas para as comissões que deve culminar  
101 também direcionadas a Unidade Terceirizada para Pronto Atendimento, que já existem premissas  
102 estabelecidas para hospitalar, e observa que o diagnóstico em radiologia e de seu benefício junto a  
103 Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, e ainda tendo este financiamento programado sugerido  
104 aguardar o retorno do Secretário Moacir para mais esclarecimentos, que hoje o Conselho não tem  
105 possibilidade de análise da relação custo x benefício por não ter tido acesso aos relatórios mensais ou  
106 trimestrais. Que nesta data foi feito um convite a HUMANIZA para uma apresentação sobre os  
107 andamentos e atividades, cita que na mesma ótica das Contratualizações Hospitalares os relatórios da  
108 HUMANIZA é necessário, além da função fiscal do Município que sejam transitados pelo Conselho  
109 estes relatórios. Afirma que em seu entendimento que somente há necessidade daquela Unidade estar  
110 operacionalizada nas 24 hrs se houver o dimensionamento por abrangência populacional, ou seja,  
111 assim como as Unidades Básicas haver um direcionamento populacional, entre dois Pronto  
112 Atendimentos que ofereçam o mesmo serviço, sendo inadmissível, incompreensível que uma UPA  
113 mandasse um paciente para fazer Raio – X no hospital e retornar. Que já fez relato que houve caso de  
114 sintomatologia compatível com necessidade de diagnóstico por Raio – X feito primeiro atendimento na  
115 UPA, e que por má condução na pré consulta, foi encaminhado ao Alberto Esper Kallas e  
116 posteriormente teve que retornar a UPA, que as distâncias entre as Unidades de Pronto Atendimento  
117 são muito difíceis de serem transitadas pela população em geral, e principalmente em horário noturno,  
118 quer por veículo próprio ou por aqueles que não o têm, reafirmando a necessidade em diagnóstico em  
119 Raio – X na Unidade Alberto Esper Kallas, e que ainda há situação de falta de infraestrutura física, com  
120 necessidade de adequação, baritagem, projeto físico e aprovação junto a Secretaria de Estado da

121 Saúde, por tratar-se de radiação ionizante. A Conselheira Márcia questiona se o Município está  
122 encaminhando pacientes para diagnóstico em radiologia para o Município em Apucarana, afirmando  
123 que a HONPAR oferece esse serviço, ao que o Presidente Zanatta comenta se eventualmente podem  
124 ser pacientes encaminhados ao CISVIR em Apucarana. O Conselheiro Alecsandro afirma que o  
125 questionamento da Conselheira Márcia procede, que até pacientes da atenção básica, solicitados Raio  
126 – X são agendados ao CISVIR em Apucarana, ao que o Presidente Zanatta questiona se o CISVIR não  
127 está comprando serviços de radiologia em Arapongas, e a Conselheira Márcia afirma que não. O  
128 Presidente afirma que isso não é adequado e a Conselheira Márcia afirma que a HONPAR oferece o  
129 serviço a preços abaixo do CISVIR. O Conselheiro Robério questiona se pode haver  
130 reconstrução. O Conselheiro e Secretário de Saúde Moacir tendo se ausentado para a busca de  
131 novo equipamento de informática, em auxílio a Sra. Fabiane, retorna e são expostas pelo Presidente  
132 as questões pertinentes a radiologia, pela HUMANIZA, e do questionamento da Conselheira Márcia. O  
133 Conselheiro e Secretário de Saúde Moacir afirma que o contrato de gestão é que se tivesse  
134 radiodiagnóstico e também laboratório, devido à necessidade e como condição para a implantação do  
135 serviço, que existem as questões financeiras, e adequações do ambiente, que inclusive estão sendo  
136 alterados ao longo deste ano os Plano de Trabalho e sua monitorização, que há uma mudança agora  
137 neste quanto a execução onde na UPA continua a atender não apenas o Pronto Atendimento Infantil,  
138 mas também todos atendimentos exclusivos COVID, sendo os atendimentos não COVID atendidos nos  
139 18 horas e no 24 hrs Alberto Esper Kallas. Que há uma perspectiva dessa oferta de radiodiagnóstico  
140 desde que haja a adequação do ambiente, atendimento as questões sanitárias, e aquisição de  
141 equipamento, inclusive como contra partida no contrato, que também deve ser revisto. Com relação a  
142 compra de exames de Raio – X foi aberto pelo Município edital de credenciamento com valor de  
143 referência para pagamento de duas vezes a tabela SUS, que é um valor até pouco maior do que o  
144 CISVIR executa, até para contemplar que os municípios pudessem fazer Raio - X aqui em Arapongas,  
145 porque a Gestão não tem intenção de continuar encaminhando pacientes para Apucarana para realizar  
146 exames de Raio - X, porém que mesmo com esse credenciamento exclusivo e aberto não houve  
147 nenhum prestador de Arapongas interessado em aderir esse credenciamento, e que como os  
148 pacientes não podem ficar sem esse diagnóstico, permanece o encaminhamento dos pacientes para  
149 Apucarana. O Secretário Moacir afirma que estão tentando verificar qual o caminho viável, se  
150 aumentando o valor do pagamento for uma questão que atraísse outros prestadores. O Secretário  
151 Moacir continua a fala colocando que atualmente tem a HONPAR sendo um grande Prestador em  
152 potencial, e a própria Santa Casa, como um grande Prestador em potencial. Porém, que não dá para  
153 estabelecermos valores discrepantes e que acredita que mais uma ou duas clínicas na cidade que  
154 realizam Raio – X seriam prestadores. A Conselheira Márcia afirma que foi uma questão de divulgação,  
155 porque a HONPAR não ficou sabendo desse credenciamento, e conjectura que se agora fizeram um  
156 contato com o Sr. Homero, que aceita a tabela proposta. Ao que o Presidente Zanatta afirma que foi  
157 feita a publicação de um edital, e a Conselheira Márcia afirma, que diário oficial ninguém lê. O  
158 Conselheiro Alecsandro afirma que há algum tempo existia no Hospital João de Freitas, funcionário  
159 específico para a leitura do Diário Oficial da União. A Conselheira Márcia afirma que para ninguém de  
160 Arapongas ter participado, a divulgação pode ter sido falha. O Secretário de Saúde e Conselheiro  
161 Moacir diz que conversou com os Prestadores, que não se viabilizaram, e que o edital está em aberto,  
162 que a Santa Casa está vendo da viabilidade de ofertar, e que o valor pago é duas vezes a tabela SUS.  
163 O Presidente Zanatta diz se esta questão de extrema facilidade de ser resolvida, bastando o Prestador  
164 de se credenciar, não interessando a comunidade e ao Gestor que o paciente se desloque para  
165 Apucarana, que o radiodiagnóstico basicamente está na Atenção Básica, sendo um dos diagnósticos  
166 mais básicos que se tem, e faz lembrança que pela atuação à época o Secretário de Saúde Sr. Alcides  
167 Livrare, e do Diretor Geral da Saúde, Sr. Antônio Calor Mendes, foi arbitrado a criação da tabela de  
168 radiologia com três vezes a tabela SUS, e que recentemente o Secretário Moacir reduziu para duas  
169 vezes. Afirma que já a época pessoalmente era contra, e que mantém essa posição, que a exemplo da  
170 Endoscopia nos dias atuais a sedação é praticamente o mesmo preço que o exame, ao que Márcia cita  
171 o anestesista. O Conselheiro Alecsandro comenta que a época essa tabela foi aprovada pelo  
172 Conselho, e o Presidente Zanatta reafirma que ele foi contra, e que não cabimento para um  
173 procedimento de sedação que não é anestesia ter o custo relativo ao do procedimento, e a Conselheira  
174 reafirma que é feito por anestesista. O Presidente Zanatta salienta do risco de se pagar mais que uma  
175 vez a tabela, ser alardeado há outros procedimentos, para todo e qualquer procedimento, citando  
176 ainda que houve um período onde por monopólio ou lob dos laboratórios haviam credenciamentos e  
177 uma tabela paralela de valores para o elenco pleiteado para oferta pública pelo SUS, que o modo de  
178 correção disso foi por ele trabalhado, e aberto para que empresas de fora pudessem prestar serviços  
179 no Município, e reafirma que o Município passa de três vezes, para duas vezes a tabela SUS fazendo  
180 economia. A Conselheira Ilyálorísá Joilda cita com referência as falas da Conselheira Gisele, faz

181 observação de que o contrato da HUMANIZA, preconiza sua responsabilidade com a manutenção  
182 predial, resgatando a responsabilidade que tem a COMFIN para avaliação do contrato e de sua revisão  
183 inclusive, que existe discrepância quanto ao custo dos insumos frente a Pandemia. O Conselheiro  
184 Alecsandro traz informação de que dentro da contabilização da HUMANIZA, está sendo terceirizada foi  
185 estabelecido um Pronto Atendimento Municipal, e a Unidade tem sido transformada em Hospital  
186 Psiquiátrico, chamando atenção do Conselho, pois há pacientes que chegam a ficar oito dias, e que  
187 quando são regulados há um dos dois hospitais gerais dessa cidade, após transferência recebe alta  
188 praticamente no mesmo dia, que já reconhece esse ciclo vicioso, e que o paciente portanto volta no  
189 mesmo dia para o 24 hrs – HUMANIZA, que está havendo um pingue pongue com o doente mental,  
190 que a Central de Leitos do Estado não tem sido suficiente na retaguarda, que há uma insuficiência de  
191 leitos e que precisamos dos dois hospitais da cidade dando retaguarda para esses pacientes que  
192 eventualmente permanecem mais que 24 hrs no ambulatório da HUMANIZA, sendo fato  
193 imprescindível. A Conselheira Márcia afirma que esse assunto já foi discutido um milhão de vezes, que  
194 o hospital não tem leito psiquiátrico, que ele só tira o paciente da crise, e devolver o paciente para o  
195 hospital psiquiátrico, ou para as Unidades Ambulatoriais. O Conselheiro Alecsandro contra argumenta  
196 que o paciente da crise já saiu a partir da HUMANIZA, ao que é rebatido se não está em crise não tem  
197 que ir para o hospital, e o Conselheiro Alecsandro continua afirmando que tem que aguardar leito  
198 psiquiátrico, portanto é uma função de internação transitória, que os hospitais gerais têm que sustentar.  
199 A Conselheira Heloísa afirma que o papel ambulatorial que foi dito pela Regional era apenas para tirar  
200 da crise casos de urgência apenas, ao que o Presidente Zanatta afirma se a argumentação da  
201 Regional foi está apenas, que é muito redonda, e infeliz, pois então o Estado faltaria muito com o nexa  
202 da Saúde Mental, pois o Estado do Paraná, atendendo a Legislação Federal abriu credenciamentos  
203 para leitos psiquiátricos em hospitais gerais, sendo que as duas Unidades Hospitalares de Arapongas  
204 se negaram, e dirigindo-se a representante da Santa Casa comenta acreditar que esta proposta  
205 deveria ter sido melhor analisada, pois forneceria financiamento há um Hospital que passa por  
206 dificuldades, e que a exemplo da Rede Mãe Paranaense que em tese não cobre os custos, porém  
207 mantém o seu credenciamento, como meio de viabilizar a Unidade. Que o Ministério paga o leito  
208 psiquiátrico por diárias, e que a exemplo de como está o COVID hoje na HONPAR, os leitos estão  
209 vazios, porém a Unidade Hospitalar continua recebendo, que o hospital geral em psiquiatria atendendo  
210 a internação mantém o paciente no hospital até a transferência ao hospital especializado psiquiátrico,  
211 ou ainda encaminhamento ao CAPS, ou seja, ser capitalizado e acompanhado ambulatorialmente,  
212 porém nenhum hospital de Arapongas se interessou. Sugere que o Município ainda hoje precisa lançar  
213 mão de atendimento dessa natureza, detalhando que o credenciamento é específico de leito em Saúde  
214 Mental e combate às drogas, para hospitais gerais, e que portanto dificilmente haveria credenciamento  
215 para uma Unidade de Pronto Atendimento como a HUMANIZA, mas que a Regional não pode se  
216 bastar e falar que os hospitais tiram o paciente do surto, da crise, pois se o paciente sai para a rua e  
217 não está capitalizado pelo Sistema para o seu acolhimento quem padece é a família e o próprio  
218 paciente, fazendo relevância ao tema abordado pelo Conselheiro Alecsandro e que devido a sua  
219 importância, deve ser remetido ao Comitê Municipal de Saúde Mental, o qual inclusive está um tanto  
220 quanto inativo, e tendo o CMS já incitado sua mobilização através de grupo de Whatsapp, diante da  
221 Conferência Nacional de Saúde Mental, e que se não através deles o próprio CMS deve se mobilizar.  
222 Afirma ainda que entende o porquê um hospital clínico não quer atender um paciente psiquiátrico, uma  
223 vez que não tenha infraestrutura física e de Recursos Humano. O Sr. Eucílio, coloca que a HUMANIZA  
224 através do Pronto Atendimento tem obrigatoriedade de atender esses pacientes, porém com um limite  
225 de observação de até 24 hrs que houve casos de pacientes que ficaram até 11 dias, que está normal  
226 ficar de 4 a 6 dias, que não a área apropriada para isso, que isto impacta vários Setores de Atenção,  
227 ao que o Presidente Zanatta afirma ser uma função correlata aos hospitais, porém o que não se pode é  
228 fazer um jogo de isenção, pois que no nível ambulatorial ou no nível hospitalar, o que não se pode é  
229 dar alta e acreditar que o problema se findou, quando no período subsequente o paciente retornará,  
230 em um ciclo vicioso. Novamente dirigindo-se a Santa Casa afirma que essa deveria ter se  
231 oportunizado, mesmo que colocando esta atenção em uma área adjacente criando ambiência para tal,  
232 obtendo isso como um fator de financiamento. A Conselheira Heloísa afirma que não tem psiquiatra, e  
233 Zanatta afirma que a Resolução precisa ser observada, pois até um certo número de leitos não é  
234 necessário o médico psiquiatra, bastando ter o psicólogo na equipe. O Conselheiro Robério afirma que  
235 esse assunto já tramitou no Conselho, inclusive no Ministério Público. Passada a palavra a Sra.  
236 Juliana, Coordenadora de Enfermagem da HUMANIZA, esta cumprimenta a todos, agradecendo ao  
237 convite do CMS, e inicia a apresentação de dados e informações assistenciais praticados pela  
238 HUMANIZA, da área física, do quantitativo de recursos humanos, profissionais e colaboradores, dos  
239 prontuários eletrônicos integrados ao IPM do Município, da direção, cita das principais atividades e  
240 procedimento realizados a população, do emprego do sistema de classificação de risco do HUMANIZA

241 SUS, detalhando o mesmo. Cita da atenção multiprofissional e ações da assistente social, da farmácia,  
242 que fornece medicamentos apenas para uso interno, não realizando dispensação para uso externo a  
243 exemplo da UPA. Apresenta planilha demonstrativa do quantitativo de pacientes e atendimentos  
244 realizados, afirmando que houve um aumento significativo nestes volumes de abril até outubro. A Sra.  
245 Juliana relata que pegou dados dos referidos meses para que visualizassem como aumentou a  
246 demanda, o qual foram registrados 2.722 pacientes em abril, e outubro 5.805, complementa dizendo  
247 que há pacientes registrados, classificados, e que foram atendidos, sendo que ocorre muitas vezes  
248 que os pacientes que solicitam consulta através da ficha, não aguardam o atendimento, por haver  
249 rotatividade muito grande, demandas de urgência/emergência, causando atrasos, e expõe que no mês  
250 de setembro foram 5.614 pacientes registrados, 3.587 classificados e 4.578 atendidos. O Presidente  
251 Zanatta questiona a Sra. Juliana o motivo de no mês de outubro o número de pacientes classificados  
252 ser menor que o número de pacientes atendidos, tendo como resposta que há uma inconsistência no  
253 sistema. O Sr. Eucílio diz que o sistema é complexo, que fornece dois ou mais instrumentos, porém  
254 que observa que os dados não estão conferindo, e que este déficit pode ser devido a pacientes  
255 reencaminhados e não atendidos no 24 hrs, e o Presidente Zanatta pergunta ao Sr. Eucílio se o  
256 sistema de informações utilizado é integralmente ligado as Secretaria de Administração, ao Setor de  
257 Tecnologia da Informação do Município de Arapongas, e se permite o gerenciamento pelo Município,  
258 sendo confirmado positivamente. A Sra., Juliana continua a apresentação dos setores de acolhimento e  
259 classificação de risco, consultórios entre outras áreas, e também das diferentes demandas para  
260 observação, e detalha das questões que envolvem a assistência a pacientes com demanda de  
261 análises clínicas, afirmando que o laboratório de apoio do Município, que quando o paciente está  
262 estável, vai até o laboratório, e que quando o paciente não é estável a coleta é feita no próprio 24 hrs e  
263 as amostras encaminhadas ao laboratório, pelo transporte do Município, ou ainda por acompanhantes  
264 dos pacientes levando ao laboratório São Francisco, que portanto assim como Raio – X não possuem  
265 laboratório próprio. Cita das médias de atendimento de área, do tempo médio de espera, dos volumes  
266 de atendimentos mês por tipo de patologia, dos atendimentos feitos em pediatria e COVID realizados e  
267 referenciados, do aumento da referência de pacientes com transtornos psiquiátricos. O Secretário de  
268 Saúde Moacir observa que o SAMU encaminha pacientes já estratificados diferenciando traumas de  
269 COVID, entre outros, e que realmente os pacientes referenciados estão sendo encaminhados ao 24  
270 hrs Alberto Esper Kallas. O Presidente Zanatta cita da Central de Regulação de Saúde Mental, e que  
271 as vagas de internação são aleatórias em todo o Estado. O Conselheiro Alecsandro comenta que o  
272 Município tem que avançar e buscar a implantação do CAPS tipo - III no Município, comenta ainda que  
273 de cerca de 5.000 atendimentos, 10% deles demandaram observação, e que acredita que 90% destes  
274 não são demandas de pronto socorro e sim de um vazio assistencial do PSF. O Presidente Zanatta  
275 comenta que os pacientes se apropriam do atendimento e se dirigem espontaneamente e diretamente  
276 as Unidades de Pronto Atendimento, e isso não somente em Arapongas, que o paciente sabe que no  
277 24 hrs não enfrentará agendamento e que será consultado, receberá pedido de exames e inclusive  
278 medicação, e já nas Unidades Básicas precisará cumprir agendamento, e que falta é a mão  
279 profissional e técnica para se barrar esse fluxo indevido. A Conselheira Iyálòrísá Joilda as equipes do  
280 PSF estão funcionando 100%, que ocorre faltas profissionais, sobrecarregando as Unidades de Pronto  
281 Atendimento. O Conselheiro e Secretário de Saúde Moacir, solicita ponderação do Conselho para o  
282 fato de que quantos as portas de entrada ao Setor Saúde, que temos 30 equipes de Saúde da Família,  
283 distribuídas em 29 unidades de atendimentos, que não existem ausência de médicos, que o  
284 cumprimento de carga horária estão sendo fiscalizados, que se tem um levantamento do Ministério da  
285 Saúde, que registra que nós somos o Município do Paraná, entre os 21 Municípios acima de 100 mil  
286 habitantes, que mais oferta consultas na Atenção Básica, e de consultas de enfermagem na Atenção  
287 Básica, ou seja, que a nossa oferta é bastante grande na Atenção Básica, porém que há uma questão  
288 cultural onde o paciente não segue o fluxo de urgências ou não, e que temos 03 Pronto Atendimentos  
289 18 horas, funcionando das 06h00 até 00h00, com 02 médicos e ainda 02 Unidades 24 hrs, existindo  
290 então uma cultura de atendimento imediato, e estando também a Atenção Básica bastante  
291 sobrecarregada, não podendo ser barrados os pacientes, e que devemos retomar e implementar as  
292 ações de Promoção em Saúde, tirando o foco sobre a área de assistência, focar nas ações de auto  
293 cuidado, de alimentação saudável, começando a desafogar essas demandas na assistência,  
294 reforçando que a demanda não tem como barrar, e muito menos na atenção básica, e que os  
295 presidentes de bairro tem sido pressionados pela população, uma vez que em algumas Unidades  
296 Básicas de Saúde a agenda para o mês de dezembro está toda comprometida, pois as atividades  
297 serão até o dia 17, mas que é necessário ter uma retaguarda da oferta de deixar ao menos dois ou três  
298 agendamentos diários para casos de urgência, principalmente em situações de vulnerabilidade. Diante  
299 o exposto, a Conselheira Iyálòrísá Joilda relata que fez a colocação porque está dentro da Zona Sul,  
300 dentro da Unidade Básica São Bento, e que pretende que um dia a mesma possa ser reconhecida

301 como Unidade Básica Alto da Boa Vista, por questão de pertencimento, e que tiveram a ausência de  
302 médico, sendo que esse fato sobrecarregou, e quem está sentindo uma dor nem sempre é questão de  
303 ir em um 24 hrs ou na UPA, porque a pessoa precisará de uma investigação, ser feito a sua anamnese,  
304 e que muitas vezes os 18 hrs e o 24 hrs não poderá fazer uma investigação, apenas realizará a  
305 medicação e encaminhará o paciente para casa. A Conselheira segue dizendo que, fala isso porque  
306 conversa com os usuários do SUS, e que também conversa com pessoas que já foram três a quatro  
307 vezes para os 18 hrs, 24 hrs, foram medicados, mas que existe a falta de médicos, porque estes  
308 quando não atendem mais na Unidade Básica, vem sempre um outro para cobrir, e quem tem feito é o  
309 Dr. Nicolas, mas que há outra Unidade Básica com ausência de médico, devido a férias, licença, e que  
310 é preciso discutir uma forma para não começar a colocar tudo apenas nas costas dos usuários, sendo  
311 preciso analisar em um contexto geral das demandas nos territórios, e sugere que dentro do relatório  
312 apresentado que este possa trazer de uma forma mais analítica as informações de onde essas  
313 demandas estão vindo, se é da Zona Sul, leste, oeste ou norte, as estratificando. A Sra. Juliana retorna  
314 a sua apresentação mencionando sobre as taxas de urgência/emergência, sendo 68,86%, de  
315 internamento de 5,65%, o qual provavelmente é dos pacientes psiquiátricos, e de mortalidade da  
316 Unidade foi de 1%, cita sobre os procedimentos que são realizados pela equipe de enfermagem, bem  
317 como pela equipe médica, e de atendimento do COVID, informa que alguns desses eram pacientes  
318 assintomáticos, e quando estão em condições mais grave, os mesmos são estabilizados e após  
319 encaminhado para Unidade de referência COVID, que é a UPA. A Conselheira Márcia indaga se os  
320 dados de COVID são de pacientes suspeitos, e se realizam a testagem, ao que a Sra. Juliana expõe  
321 que são casos suspeitos e alguns confirmados, e que fazem a testagem no local, e cita sobre a  
322 planilha do tempo de permanência, sendo que a mesma está sobre processo de implementação, e que  
323 nesta consta também informações se o paciente foi encaminhado, e para qual Unidade, sendo uma  
324 ferramenta de extrema importância para a equipe de enfermagem na troca de plantão. A Sra. Juliana  
325 relata sobre os leitos psiquiátricos, atendimentos das profissionais em Serviço Social na Unidade, da  
326 pesquisa de satisfação realizada pelas Assistente Sociais, e da importância em ter empatia pelos  
327 pacientes, de empregar a humanização, pois muitas vezes estes chegam muito fragilizados nas  
328 Unidades de Saúde, e querem apenas uma atenção. A Coordenadora de Enfermagem, Sra. Juliana  
329 finaliza a sua apresentação colocando-se a disposição do Plenário. A Conselheira Iyalòrisá Joilda  
330 solicita o encaminhamento da apresentação para o Conselho Municipal de Saúde, para que possa ser  
331 disponibilizado para todos os Conselheiros, para que estes possam fazer o acompanhamento de tudo  
332 o que foi apresentado, bem como das Contratualizações, sendo que estas possam ser enviadas para a  
333 COMTEFIS e COMFIN. O Presidente Zanatta reportando-se para a Conselheira Iyalòrisá Joilda  
334 informa que será feito a solicitação dos relatórios quadrimestrais, o qual encaminhará para o Conselho,  
335 e posteriormente será repassado para as comissões, agradecendo a presença de todos os  
336 acadêmicos, assim como o Secretário de Saúde Moacir. O Presidente Zanatta explana que antes de  
337 iniciar a apresentação da Sra. Fabiane, realizará o ato de posse da Conselheira Suplente  
338 representante do COREN, Sra. Jéssica Luíza Rosa, no qual esse fato era para ter ocorrido juntamente  
339 com a posse da Conselheira Gisele, representante titular do COREN, mas devido a mesma ter tido  
340 problemas de ordem pessoal, não pode comparecer, se apresentando na data de hoje, e enseja as  
341 boas-vindas a Sra. Jessica. Em prosseguimento, a Sra. Fabiane, Coordenadora da Atenção Básica,  
342 inicia a sua apresentação, informando sobre as características da Atenção Básica, das atividades  
343 individuais e coletivas realizadas, enfatizando que devido ao COVID não houve atividades coletivas,  
344 ficando apenas nos atendimentos individualizados, mas que procurarão retomar as ações de promoção  
345 e prevenção a saúde, expõe sobre as diretrizes, a territorialização e responsabilidade sanitária, sendo  
346 que o Município é dividido em 30 áreas, sendo a responsabilidade sanitária de cada Equipe Saúde da  
347 Família, sobre o vínculo e a descrição da clientela, os cuidados longitudinal, e os trabalhos em equipe  
348 multiprofissional. A Sra. Fabiane cita sobre a organização na Atenção Básica, das famílias cadastradas  
349 por equipe, e que há 03 equipes que realizam o atendimento nas áreas rurais do Município, explana  
350 também sobre os relatórios quadrimestrais de cadastros individuais, sendo dados retirados do SISAB –  
351 Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica, ao que no quadrimestre de 2020 foram 95.557 e  
352 no último quadrimestre, referente a agosto de 2021 foram mais de 113.000 cadastros, com aumento  
353 considerável. O Secretário de Saúde e Conselheiro Moacir informa ao Plenário sobre a importância da  
354 realização do cadastro, para passar os indicadores, inclusive para o financiamento dessas equipes, e  
355 que são dois fatores, como as retomadas das visitas da forma como eram realizadas, assim como  
356 sobre a questão da vacinação, pois para vacinar é necessário estar com o cadastro atualizado no  
357 sistema. O Presidente Zanatta indaga se os cadastros são atualizados, e se há a necessidade de  
358 comparecer até a Unidade Familiar, ou a Unidade Familiar vem até a Unidade de Atenção, e o  
359 Secretário Moacir afirma que os cadastros estão atualizados, e que há possibilidade de ser atualizado  
360 o cadastro na visita domiciliar, ou a família em atendimento atualizar o cadastro. O Presidente Zanatta

361 relata que já foi verificado anteriormente que no município de Arapongas há um movimento de  
362 população não araponguense, sendo das cidades circunvizinhas que de alguma forma se aliam de  
363 nossos cadastros, para poder estar circulando dentro da saúde do município de Arapongas, sendo das  
364 cidades Sabáudia, Pitangueiras, Rolândia e inclusive apucaranaenses. A Conselheira Márcia, menciona  
365 que na HONPAR entram em contato com o paciente para confirmar a consulta especializada, para que  
366 não percam, como um consultório particular faz, ou no retorno, mas que na hora que é necessário  
367 entrar em contato constam muitas vezes números repetidos, e que não sabe se é porque o cadastro  
368 não está bem preenchido, ou a pessoa na hora de agendar não se atenta em colocar adequadamente  
369 todas as informações, que se perde muito tempo em busca desses pacientes. O Secretário Moacir diz  
370 que está muito relacionado a isso, e que precisarão avançar nesse sentido, que os sistemas IPM da  
371 Prefeitura é um e dos hospitais é diferente, que tem que ser fortalecido os setores de agendamento, e  
372 usar a base das informações que estão atualizadas no IPM, que é um trabalho a mais, pois os  
373 sistemas não conversam entre si. A Coordenadora da Atenção Básica Sra. Fabiane retoma a  
374 apresentação listando as Unidades de Atenção Básica e de Pronto Atendimento Ambulatorial, com 30  
375 equipes de Saúde da Família e 18 equipes de Saúde Bucal, que estão implantadas 12 salas de  
376 vacinação, dos recursos humanos existentes, do Programa Mais Médicos, citando de sua carga horária  
377 diferenciada, das áreas de odontologia, da população carcerária que tem atendimento uma vez por  
378 semana. São citados os Conselheiros Alecsandro e Elizabeth, pois atuam junto a Unidade de Saúde  
379 Lori, ao Sistema Carcerário, e o Conselheiro Alecsandro comenta que também existe atendimento  
380 odontológico e que iniciou atendimento de mais um médico 02 vezes por semana, através da  
381 contratação de uma outra profissional médica, a qual atuará na área clínica, permanecendo o Dr.  
382 Alecsandro com Saúde Mental e tuberculose, finalizando a sua apresentação cita das Instituições de  
383 Longa Permanência para Idosos, que contam com o apoio da equipe Saúde da Família, e relata sobre  
384 o uso de agenda protegida, para atendimento conforme a demanda. O Presidente Zanatta questiona  
385 se o Município está gestando para a implantação de um Mini Presídio, e questiona ao Secretário de  
386 Saúde se este contempla um ambulatório médico, ao que o Conselheiro Alecsandro afirma que não  
387 consta no projeto, e também confirmado pelo Secretário Moacir que afirma a necessidade de se estar  
388 trabalhando agora para que já se licite com ambulatório médico. O Conselheiro Alecsandro relata que  
389 reza todos os dias para que este projeto não seja aprovado, pois hoje a cadeia onde tem capacidade  
390 para 40 pessoas, possui 250 encarcerados, e que então um projeto para 250, e que então serão  
391 colocados 1.000 indivíduos, e que esse é o nosso sistema prisional do Paraná, que será criado um  
392 problema sério na Zona Sul, pois teremos uma prisão temporária, mas que infelizmente possui  
393 pacientes que estão ali há mais de 05 anos, afirmando que não será uma cadeia temporária. O  
394 Conselheiro Robério questiona se os detentos são todos do Município de Arapongas, e tem como  
395 resposta negativa, sendo afirmado que vem prisioneiros de fora, assim como os nossos vão para fora.  
396 O Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro Alecsandro se já ocorreu o ajuizamento de liberdade e  
397 a saída da reclusão devido a licença de saúde, ou por falta de condições da cadeia, e o Conselheiro  
398 Alecsandro que não, que quem delibera sobre isso é o advogado do preso, que quem pleiteia é o  
399 advogado, mas que já tivemos a soltura de indivíduos devido à falta de condições ambulatoriais e  
400 sanitárias, afirmando vários. Relata ainda que nessas situações recebem um ofício padrão da vara de  
401 execuções penais se há condições de tratar aquele doente na cadeia, e que ele tem respondido com  
402 um relatório da Vigilância Sanitária que pede a interdição da cadeia, que este processo está correndo  
403 no fórum, na 2ª Vara, dizendo que não pode, que não tem condições, e que então sua orientação é de  
404 transferência ao CMP – Complexo Médico Penal, citando casos de tuberculose, e que se estas  
405 Unidades estiverem lotadas, que se use a tornozeleira e vai para casa, e cita que metade da  
406 população hoje não são detentos provisórios e sim condenados, e são feitas diversas interlocuções  
407 acerca do Complexo Penal e Sistema Carcerário, inclusive de outros Estados. A Conselheira Iyálòrisá  
408 Joilda afirma que já entrevistou presos, enquanto conselheira junto ao Conselho da Comunidade, que  
409 ouviu relatos e história de vidas, e que não existe um trabalho de recuperação, ao que o Conselheiro  
410 Alecsandro afirma que a atenção em saúde carcerária é onerosa ao Município, e solicita que o  
411 Conselho faça uma moção de aplausos ao Evento em Saúde promovido e presidido pela Conselheira  
412 Iyálòrisá Joilda, e que nesta ocasião a profissional psicóloga da 16ª Regional de Saúde do Estado se  
413 apresentou como coordenadora da Saúde Mental do Sistema Prisional, e faz crítica que nunca ouviu  
414 falar de tal coordenação, que não tem conhecimento sendo médico da cadeia de Arapongas, e que  
415 tendo sido convidado para uma reunião em Apucarana, ironiza que as falas da ocasião traduziam outro  
416 país, citando a Suíça, e que o Estado forneceria insumos em Saúde, o que não é verdade. O  
417 Secretário Moacir que é o Município quem fornece integralmente insumos e assistência em Saúde. A  
418 Conselheira Iyálòrisá Joilda comenta que esta foi a 6ª edição do evento, sendo direcionado para  
419 população vulnerável, voltado aos direitos humanos, a saúde da população negra e comunidades  
420 tradicionais, e que enquanto conselheira não viu no Conselho da Comunidade serem desenvolvidas

421 ações voltadas a população carcerária, o que a estimulou a sair daquele Conselho. O Conselheiro  
422 Alecsandro afirma que o Conselho da Comunidade possui um Fundo com recursos financeiros, na  
423 ordem de aproximadamente R\$70.000,00 anualmente, que talvez esse montante não supre toda a  
424 necessidade de uma Unidade Ambulatorial, entre medicamentos, insumos, profissionais, e  
425 deslocamentos, porém que estes R\$70.000,00 que são as multas pagas no Fórum, e parte vai para o  
426 Fundo o Conselho da Comunidade não tem sido utilizados, que acaba retornando ao FUNREJUS –  
427 Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, que estamos perdendo, que não é muito, mas não é  
428 pouco, ao que o Presidente Zanatta questiona quem hoje realiza a direção do Conselho da  
429 Comunidade, tendo como resposta que seria ainda a Sra. Maria de Lourdes Azevedo. O Secretário  
430 Moacir afirma que a construção do CDP se iniciou essa semana, com capacidade para 136 presos. O  
431 Presidente Zanatta indaga à Sra. Fabiane sobre o aumento da taxa da mortalidade infantil, assunto já  
432 discutido em Plenária nº295, e que foi observado que diante das dez causas evitáveis, é  
433 eventualmente perdido por não fazer adequadamente a busca dessas gestantes, que foi conceituado  
434 sobre isso, e que gostaria de saber como a mesma visualiza esse fato. A Sra. Fabiane explica que no  
435 início do ano foi realizado uma reunião com todas as equipes, para descentralização dos atendimentos  
436 de pré natal de risco habitual para serem realizados nas Unidades Básicas de Saúde durante o  
437 primeiro e segundo trimestre, e que quando há a classificação de risco habitual e alto risco são  
438 direcionadas para o CISAM – Centro Integrado de Saúde da Mulher, mas que é exigido para que todas  
439 as Unidades encaminhem mensalmente o controle de visitas domiciliares, tanto do enfermeiro, quanto  
440 do agente comunitário de saúde, e que também estão realizando o rastreio dos resultados de exames  
441 laboratoriais, que é feito um acompanhamento, e que há uma enfermeira que está apoiando para a  
442 verificação de casos de exames que constam alterações nas gestantes, e que posteriormente a  
443 mesma entra em contato com a Unidade Básica de Saúde para fazer a busca ativa, e iniciar o  
444 tratamento precoce. A Sra. Fabiane expõe que estão em um Sistema de Vigilância, o qual são casos  
445 de infecção de urina, toxoplasmose, e sífilis, que é um trabalho considerado de formiguinha, que se  
446 iniciou a pouco tempo, e que procuram em um futuro próximo colher os frutos, identificando os  
447 resultados. O Conselheiro e Secretário Moacir ressalta sobre a questão deste fortalecimento, e que  
448 neste segundo semestre identificou que está havendo uma mudança na mortalidade infantil, um  
449 acompanhamento melhor dos pacientes, e que a chegada de mais uma profissional para a Rede  
450 Materno Infantil ajudou a trabalhar com a dinâmica e com protocolos, e que no CISAM houve a  
451 contratação através do Programa Mais Médico, e houve uma melhora na assistência, e que em breve  
452 haverá a realização de ultrassom no local, que já foi ofertado o treinamento, estando em um período de  
453 verificação de quais profissionais que realizarão esse trabalho, que pretendem até o mês de janeiro  
454 iniciar, sendo que boa parte dos exames das gestantes serão realizados no CISAM, e com isso ter uma  
455 redução na taxa de Mortalidade Infantil, que infelizmente comparado ao ano passado, a mesma voltou  
456 a aumentar. O Conselheiro Antônio Magro pede uma informação à Sra. Fabiane, cita que na UBS –  
457 Ulisses foi aberto a agenda, estando a mesma fechada até o dia 16 de dezembro do corrente ano, e  
458 questiona o que acontecerá com a população, que em um caso de urgência que o paciente vai até o  
459 18 horas e é encaminhado para o posto, mas não tem agenda e nem encaixe, como que faz,  
460 enfatizando que quando era agendado de um dia para outro era melhor, ao que a Sra. Fabiane relata  
461 que a enfermeira da UBS – Ulisses, Sra. Juliana entrou em contato informando sobre a situação, pois  
462 devido ter sido aberto a agenda a longo prazo, identificou que não haveria mais atendimento previsto  
463 para esse ano, e que contataram com o Sr. Lucas, médico coordenador, e que terminando o  
464 credenciamento de um médico se iniciará outro, para não deixar a população descoberta nesse  
465 período. O Secretário de Saúde Moacir explica que o agendamento na Atenção Básica é complexo, e  
466 que acredita que independente da dinâmica de cada região, será necessário a padronização, que a  
467 consulta aberta possibilita a pessoa comparecer qualquer dia e realizar o agendamento, e que porém o  
468 tempo de espera será muito maior, e que de um dia para outro houve problema grave na região do  
469 Araucária, que houveram filas, sendo que pessoas ficaram nas madrugadas onde eram distribuídas  
470 vinte senhas, ao que o Conselheiro Antônio Magro relata que quando a pessoa marca a consulta a  
471 longo prazo, acaba desistindo, e o Secretário Moacir diz que precisarão fazer alguma coisa na questão  
472 das consultas públicas, para ter o apoio da população e mudar a sistemática, e houveram  
473 interlocuções entre os Conselheiros Robério, Moacir e Antônio Magro diante o assunto. O Conselheiro  
474 Alecsandro menciona que quando está no pronto socorro atendendo, observa alguns bairros que  
475 acontecem com maior frequência, e que se olharem no gráfico apresentado, onde constam a  
476 quantidade de pacientes cadastrados, vai em encontro o que já foi discutido, que colocou a fala no  
477 Plano Diretor, que o Município precisa georreferenciar as Unidades de Saúde, que há Unidades de  
478 Saúde que é um descanso remunerado para todos os profissionais do local, porque parece que não  
479 tem paciente agendado, e que há cadastrados, citando como exemplo a UBS – Pombas, que tem um  
480 registro pequeno de pessoas cadastradas na Unidade, que são os ricos da cidade, que não usam



481 aquela Unidade, e que a Lori está sobrecarregada, assim como o Ulisses, e que no Baroneza é uma  
482 festa. O Conselheiro Antonio Jorge Magro comenta que a UBS Baroneza está com uma área menor  
483 que a do Ulisses, e o Conselheiro Robério replica dizendo que os conjuntos que abrirão próximo ao  
484 Ulisses serão assumidos neste, e não no Baroneza. O Secretário Moacir relata que na UBS Araucária  
485 houve a diminuição da regulação, o qual era semanal, com informações pesadas, e que na hora da  
486 urgência, da consulta médica, foi colocado mais um médico há em média 02 meses, além de um  
487 médico 40h, há mais um outro com carga horária 20h, sendo a único jeito de atender a demanda. Na  
488 ocasião houve várias argumentações entre os Conselheiros Antonio Jorge Magro, Robério, Alecsandro  
489 e Moacir, assim como da Coordenadora Fabiane referente ao assunto abordado. A Conselheira  
490 Iyálòrisá Joilda, menciona que gostaria de colocar que devido estar dentro da zona sul, UBS São  
491 Bento, e que plantonista desde o ano de 2018, a Dra. Sara que fazia parte do Programa Mais Médico  
492 foi desvinculada, e que desde então há uma rotatividade de médicos muito grande, e que estão sem  
493 médicos no momento, que o papel do Dr. Nicolas foi contratado para cobrir férias, e que realiza a  
494 escuta ativa da comunidade, e que sabe que a Unidade Básica de Saúde desmarcou consultas porque  
495 a médica não compareceria, e enfatiza que o atendimento não está normal, e que compareceu na UBS  
496 e visualizou as agentes de saúde desmarcando consultas, porque a médica não estava com a  
497 documentação pronta, e que a comunidade tem dificuldades, pois quando inicia um vínculo com  
498 médico, este por algum motivo, seja por uma proposta melhor, porque passou em algum concurso, o  
499 mesmo vai embora. A Conselheira Iyálòrisá Joilda continua a fala reforçando que a Unidade Básica de  
500 Saúde São Bento absorveu mais regiões, e que a equipe não está completa, e que não se pode falar  
501 que a cultura dos usuários é procurar a Unidade de Pronto Atendimento 24 hrs, 18hrs ou a UPA, pois  
502 se não há médico no PSF – Programa Saúde da Família, eles terão que ir, e questiona se estes  
503 morrerão em casa, ainda mais em tempo de Pandemia. O Secretário Moacir relata que em relação a  
504 consulta quando fora citada como questão cultural, eram principalmente em casos classificados como  
505 verde ou azul, que não é urgência, e que quando informam que as Unidades estão sobrecarregadas é  
506 nesse sentido, pois por mais que há uma oferta grande, e a segunda maior cobertura da Atenção  
507 Básica do Estado, dentro dos municípios com 100 mil habitantes, mesmo assim a demanda não é  
508 suficiente, e que é bom haver os Prontos atendimentos, e que a população possa ser atendida, porque  
509 se foi verificar há situações mais críticas, como no caso de Sabáudia, que absorvemos pacientes. A  
510 Conselheira Iyálòrisá Joilda expõe que é por esse motivo que a Ouvidoria ter que ser funcional, e  
511 efetiva, já que estão vivenciando essas dificuldades dentro das Unidades Básicas de Saúde no PSF,  
512 pois a demanda aumentou, muitos médicos são jovens, porque a grade curricular destes necessitam  
513 que passem ao menos seis meses em atendimento no PSF, e quem perde são usuários, pela perda do  
514 vínculo, da continuidade do trabalho, que é o papel do PSF, pois se está havendo dificuldades na Rede  
515 Básica, será refletido nas urgências e emergências. Ato contínuo, o Presidente retoma a pauta  
516 referenciando a Resolução SESA nº870/21, Institui o Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio  
517 para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação multiprofissional, para a Rede de Atenção da Linha  
518 de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná e Reabilitação da Síndrome pós  
519 COVID-19 na modalidade Fundo a Fundo, o qual o Município receberá um valor de R\$30.000,00, o  
520 qual serão divididos em um montante de R\$20.000,00, para investimento e R\$ 10.000,00 para custeio, e  
521 submete ao Conselho a aprovação, para o implemento de incentivo financeiro do Estado para o  
522 município de Arapongas, e questiona se há alguma argumentação a ser levantada. O Conselheiro  
523 Alecsandro indaga sobre o incentivo, que já há essa equipe, da Fisioterapia e Fonoaudiologia, e o  
524 Secretário de Saúde Moacir responde que é um incentivo único, uma resposta do Estado, e que toda  
525 resposta é louvável, e que atualmente os municípios investem de 25%, 28%, 30% de sua arrecadação  
526 dentro da Saúde, e que precisa hoje enquanto Município é um incentivo de custeio permanente, para  
527 manutenção dos serviços, e potencializar o serviço de assistência, frisando que os R\$20.000,00 serão  
528 utilizados para equipamentos, como a aquisição de maca, e o custeio para a compra de insumos que  
529 são utilizados no dia a dia dos atendimentos, e que como é uma resposta e que nunca abrirão a mão,  
530 é claro que serão aderidas todos os recursos disponibilizados, o qual sempre contará com apoio do  
531 Conselho. O Presidente Zanatta questiona ao Plenário se apoiam o Município para o Incentivo  
532 Financeiro supracitado, e o Conselheiro Alecsandro responde que se abstém, e não havendo mais  
533 abstenções, o mesmo foi considerado aprovado, através do Conselheiros (as) presentes: Eucir Antonio  
534 Zanatta, Francisco Robério, Moacir Paludetto Junior, Antonio Jorge Magro, Gisele Dias Picolo, Iyálòrisá  
535 Joilda, Fátima Greggo. O Secretário Moacir pede a palavra e comunica aos Conselheiros que em  
536 março do vigente ano foi criada a Lei do Doador de Sangue Voluntário, que fará uma matéria  
537 publicando, e que no próximo dia 23 fará a captação de ao menos 50 doadores, o qual será também  
538 montado uma estrutura no prédio do Laboratório Municipal, que está anexo ao UPA, e que o objetivo é  
539 fazer um dia de coleta externa, novembro e dezembro, e que havendo possibilidade para o mês de  
540 janeiro, fazer a contratação de funcionários para montar uma equipe, caso a Lei nº173 for revogada,

541 havendo então doação de sangue uma vez por semana naquele local, cita que é um momento ímpar,  
542 uma demanda de anos da população, pois atualmente precisam ir até o município vizinho,  
543 necessitando de veículo, algum transporte, e o número de doadores acaba sendo menor. O Secretário  
544 Moacir informa que primeiramente realizará uma divulgação interna para os servidores, para o número  
545 de pessoas que doaram nesse dia, e que conta com a colaboração dos Conselheiros, que tenham  
546 disponibilidade para fazer parte do grupo de doadores, enfatiza que é uma demanda também do Plano  
547 de Gestão. A Conselheira Iyálòrísá Joilda coloca-se a disposição, e relata que é uma das defensoras  
548 na ação de doação de sangue, e que foi uma das mobilizadoras para conseguir sangue raro para o  
549 Baba (sacerdote), e que quando foi no IEL, local designado para doar sangue ao mesmo, obteve  
550 problemas, pois devido a instituição exposta ser privada, não poderia receber sangue de doadores de  
551 Apucarana, porém articulou com a Diretoria do IEL e 16ª Regional de Saúde para fazer uma ponte, o  
552 qual foi colhido sangue dos doadores em Apucarana, com transferência para o IEL. A Conselheira  
553 Iyálòrísá Joilda ressalta que quando é tratado a questão da Doença Falciforme dentro do Evento de  
554 Saúde da População Negra, é primordial a questão de doadores de sangue, frisando que já  
555 transportou grupo de doadores em seu veículo para o IEL. O Secretário de Saúde Moacir solicita uma  
556 moção de aplausos para o evento “VI Encontro Municipal da Mobilização Nacional Pró-Saúde da  
557 População Negra, Vida Longa com Saúde e sem Racismo de Arapongas Paraná” e “I Conferência  
558 Livre de Saúde da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais de Arapongas Paraná”,  
559 promovido pela Conselheira Iyálòrísá Joilda, referindo-se sobre a organização do mesmo, e temas  
560 abordados, que foi discutido questões de Políticas Públicas, não focando apenas na parte assistencial,  
561 e que estão conseguindo avançar por ações como essas de mobilização, o qual teve a participação de  
562 algumas lideranças. A Conselheira Iyálòrísá Joilda agradece ao Secretário Moacir, e ao Prefeito Sérgio  
563 Onofre que viabilizaram o evento, assim como os Conselheiros Municipal de Saúde que estiveram  
564 presentes e as representações. O Secretário Moacir cita que é importante colocar como proposta de  
565 incluir no orçamento da Saúde, incentivos para discutir sobre as Políticas Públicas a populações  
566 vulneráveis. A Conselheira Iyálòrísá Joilda expõe ao Secretário Moacir que os temas como Saúde  
567 Pública da População Negra e de todas as Populações Vulneráveis possam fazer parte do Plano  
568 Municipal de Saúde de Arapongas, e do Plano Diretor. O Presidente Zanatta apresenta em tela o  
569 modelo de cartaz elaborado para divulgação em repartições públicas do Conselho Municipal de Saúde.  
570 O Secretário Moacir solicita alteração na logo inserida da SEMUS, para a a logo do SUS. O Presidente  
571 Zanatta pede aos Conselheiros que assim que estes receberam o arquivo, através da Secretaria  
572 Executiva do CMS, façam observações, e retoma o assunto da Ata nº 295, Inspeção de Serviços  
573 Hospitalares, o qual obteve como resposta da 16ª Regional de Saúde que a mesma não realiza  
574 inspeção no hospital, depositando tudo na Vigilância Sanitária do Município, e que já passou  
575 expediente a Secretaria Municipal de Saúde, para que através desta possa alcançar o Setor de  
576 Vigilância Sanitária, solicitando os relatórios de vistorias, mas acredita que seja incongruente pensar  
577 que a Vigilância Sanitária, que faz vistorias para licença sanitária tenha alguma relação com vistorias  
578 para UTI da COVID para credenciamento, sendo assunto que não está encerrado. O Presidente  
579 Zanatta que em segundo ponto já instruiu o Conselheiro Alecsandro quanto ao uso da palavra e da  
580 questão de ordem, e solicita que a COMTEFIS tome efetivamente uma posição de realizar suas  
581 reuniões, e que a Mesa de amparo as constatações das ações a serem realizadas; cita também sobre  
582 a declaração de ratificação técnica, expedida pela HONPAR através de ofício nº 0556/2021 ao CMS, e  
583 que a Conselheira Márcia havia mencionado para fazer uma busca no ano de 2018, e que realizou,  
584 encontrando 04 solicitações de emendas parlamentares do referido ano, mas nenhum pertinente ao  
585 tema exposto, sobre o Convênio nº872084/2018, e que é imprescindível que o Conselho se posicione  
586 que para todo e qualquer financiamento do Prestador sendo Estadual, Federal ou Municipal, é  
587 obrigatório que o tema seja colocado no Conselho, e que volta a dizer que nem sempre o Conselho vai  
588 dar autorização, mas sim a anuência. Cita sobre a posse da Conselheira Suplente Jessica do COREN,  
589 e menciona que da primeira vez que o advogado da Instituição HONPAR compareceu em Plenária,  
590 houve praticamente uma busca para que o Conselho não se apropriasse das informações, não  
591 divulgasse as imagens que foram apresentadas, e que apenas fizesse o acompanhamento junto ao  
592 Ministério Público, e frisa que na reunião anterior procurou resgatar quais eram os membros  
593 participantes da Comissão Especial de Acompanhamento a Denúncia Honpar, sendo três usuários:  
594 Roseli Martauro, Francisco Robério e Antonio Jorge Magro, e que solicita que estes permaneçam, e  
595 que a Mesa fará a solicitação de um representante de Prestador, Trabalhador e de Gestor para compor  
596 e efetivar a Comissão Especial, colocando em premissa o Regimento, para acompanhar como esse  
597 fato no Ministério Público, e ressalta que gostaria de um parecer dos colegas, pois sentiu-se como  
598 observador em última Plenária visualizar que o advogado da Instituição pela segunda vez tentar  
599 convencer que não devemos fornecer documentos a não ser por período de dois anos, mas  
600 persuadimos o mesmo dessa idéia, pois não deve falar o que pode ou não ser fornecido pelo

601 Conselho, já que os documentos são públicos, e que como da primeira feita traz uma informação que  
 602 desinforma o Conselho, pois da primeira vez falou que o Ministério Público Federal já tinha encerrado o  
 603 caso, e não era nada daquilo, e novamente agora informa que o Ministério Público Federal tinha  
 604 limitado em dois anos o fornecimento da documentação, e absolutamente é incongruente, entre a  
 605 documentação a ser oferecida pela Instituição pertinente aos atendimentos e a cobrança de taxa, que  
 606 reiteradamente está informado que existia a cobrança de taxa, e como era feito, mas que é preciso nos  
 607 apropriar o que o Ministério Público está fazendo, porque o MP naquela ocasião transmitiu ao Robério  
 608 que o Conselheiro tinha que cumprir com suas obrigações, e no sentido das obrigações do Conselho  
 609 não é acompanhar a denúncia, mas fiscalizar e buscar informações sobre elas, e sugere que a Mesa  
 610 através deste regularize uma Comissão Temporária, inclusive incitada pela presença do advogado da  
 611 Honpar, e da situação de reiterada de denúncia feita pela ONG Vigilantes da Gestão Pública. Desta  
 612 forma, não havendo nada mais a tratar o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente todos os  
 613 que participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele  
 614 Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta,  
 615 em de 10 dezembro de 2021 lavramos a presenta Ata.  
 616

<b>NOME</b>	<b>SEGMENTO</b>	<b>ASSINATURA</b>
Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR	Prestadores	
Heloísa Toledo Volpato – Titular Irmandade da Casa	Prestadores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – Presidente – SINDSAÚDE	Trabalhadores	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhadores	
Jessica Luíza Rosa – COREN	Trabalhadores	
Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhadores	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhadores	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Ass. de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU;	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Gerson Pizzo – Membro da Associação de Pessoas com Deficiência de Arapongas – APDA	Participante	
Fabiane Matsumoto de Souza Kizima – Coordenadora da Rede de Atenção Básica	Convidada	
Juliana Freitas – Coordenadora de Enfermagem – 24 hrs Humaniza	Convidada	

Lucílio César Barcos – Coordenador Administrativo – 24 hrs Humaniza	Convidado	
Renata Cabral Brás – Humaniza	Participante	
Carlos Eduardo Arruda – Coordenador do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Antônio Garcez de Novaes	Participante	
Alessandra – Professora do Curso Técnico em Enfermagem do Colégio Antônio Garcez de Novaes	Participante	